

ARTIGO

Mãos que oram, mineram e desenham: cartografia colaborativa e produção visual de fronteiras na América do Sul (1746)

Hands that pray, mine and draw: Collaborative cartography and visual construction of borders in South America (1746)

Manos que rezan, extraen y dibujan: cartografía colaborativa y construcción visual de fronteras en América del Sur (1746)

Denise A. S. de Moura*

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, SP, Brasil

RESUMO: No século XVIII a disputa entre as monarquias ibéricas pela definição de seus limites territoriais criou um contexto para a recomposição de alianças sociais nas fronteiras, aliando antigos inimigos, como jesuítas e sertanistas, na produção de imagens cartográficas que comunicavam suas ações e reiteravam sua existência nestas regiões. Tais disputas, portanto, fomentam o desenvolvimento de uma cultura visual de sertões externa aos círculos oficiais de engenheiros militares formados nas academias e contratados pelas Coroas e inclusive de agentes sociais portadores de experiência de terreno e conhecimentos científicos que atuaram colaborativamente. Suas imagens alcançaram status de documento comprobatório e chegaram às instâncias oficiais. Tal conclusão é demonstrada por uma carta e mapa das terras da bacia platina feitos em 1746 e interpretados sob as diretrizes teórico-metodológicas da história sociocultural da cartografia mais recente e que revisa a tese da cartografia como mero exercício de poder e dominação dos Estados em favor do seu entendimento como ferramenta comunicativa de direitos de outros agentes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia. Cartografia. Mapas. Materiais visuais. Instituições religiosas.

ABSTRACT: *In the 18th century, the dispute between the Iberian monarchies for the definition of their territorial limits created a context for the restoration of social alliances on the borders, combining old enemies, such as Jesuits and backwoodsman, in the production of cartographic images that communicated their actions and*

* Professora do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista. Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. E-mail: denise.moura@unesp.br.
<https://orcid.org/0000-0002-5104-6485>.

Este artigo traz resultados de uma pesquisa realizada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 2015/21136-3.

reiterated their existence in these regions. Such disputes, therefore, foster the development of a visual culture of the sertões outside the official circles of military engineers trained in the academies and hired by the Crowns and inclusive of social agents with field experience and scientific knowledge who worked collaboratively. His images reached the status of supporting document and reached official levels. This conclusion is demonstrated by a letter and map of the lands of the platinum basin made in 1746 and interpreted under the theoretical-methodological guidelines of the sociocultural history of the most recent cartography and which reviews the thesis of cartography as a mere exercise of state power and domination in favor of its understanding as a communicative tool for the rights of other social agents.

KEYWORDS: Geography. Cartography. Maps. Visual materials. Religious institutions.

RESUMEN: En el siglo XVIII, la disputa entre las monarquías ibéricas por la definición de sus límites territoriales creó un contexto para la restauración de las alianzas sociales en las fronteras, combinando viejos enemigos, como los jesuitas y los sertanistas, en la producción de imágenes cartográficas que comunicaban sus acciones y reiteraban su existencia en estas regiones. Tales disputas, por lo tanto, fomentan el desarrollo de una cultura visual de los sertões fuera de los círculos oficiales de ingenieros militares formados en las academias y contratados por las Coronas e incluidos agentes sociales con experiencia de campo y conocimiento científico que trabajaron en colaboración. Sus imágenes alcanzaron el estado de documento de apoyo y alcanzaron niveles oficiales. Esta conclusión se demuestra mediante una carta y un mapa de las tierras de la cuenca del platino hechas en 1746 e interpretadas bajo las pautas teórico-metodológicas de la historia sociocultural de la cartografía más reciente y que revisa la tesis de La cartografía como un mero ejercicio del poder y la dominación del Estado a favor de su comprensión como herramienta comunicativa de los derechos de otros agentes sociales.

PALABRAS CLAVE: Geografía. Cartografía. Mapas. Materiales visuales. Instituciones religiosas.

Introdução

Imagens cartográficas de fronteiras internas confeccionadas a quatro mãos por atores sociais não estatais fazem parte de uma cultura visual impulsionada pela territorialização dos Estados (BASTOS, 2021, p. 2) nas fronteiras internas dos espaços coloniais no século XVIII. Na América ibérica, grupos sociais historicamente soberanos nesses espaços produziram e usaram imagens cartográficas para reiterar sua memória de soberania frente às ações de funcionários régios (RIBEIRO, 2010) e membros de comissões de mapeamento à serviço de uma agenda geopolítica (CORTESÃO, 2006) cujo objetivo era o de produzir documentos cartográficos para endossar a demarcação das fronteiras de Portugal com a Espanha na América e defender direitos geopolíticos de posse e soberania.

Desde o Congresso de Utrecht (1712-1715) a guerra e as negociações entre os Estados por direitos sobre as fronteiras internas dos domínios coloniais foram atreladas a imagens cartográficas oficiais (FURTADO, 2011, p. 76). Em Portugal a “reforma cartográfica” fomentada durante o reinado de D. João V foi provocada por fatores da política internacional europeia, tais como a confecção e divulgação da *Carte d’Amerique* (1722) produzida pelo cartógrafo francês Guillaume Delisle (OLIVEIRA; CINTRA; ALMEIDA FILHO, 2016, p. 192-193), denunciadora da ação usurpadora de Portugal sobre domínios hispânicos na América.

Como reação a esta denúncia o governo joanino promoveu a contratação de cartógrafos estrangeiros e a formação de coleções cartográficas em instituições da Coroa, tais como a Secretaria de Estado. Governadores de capitanias também formaram suas coleções particulares de mapas para usá-los nas suas ações de governo e foram contratadas missões oficiais de cartógrafos para realizar medições de longitude nos domínios portugueses de ultramar, tais como a dos padres jesuítas Diogo Soares e Domenico Capassi (CORTESÃO, 2006, p. 292-321).

Mas, ao contrário do pregado por alguns autores (BUENO, 2010; ARAUJO, 2012; DERNTL, 2010), a produção e manuseio de imagens cartográficas não foi restrita ao reduzido círculo dos *savants* ou funcionários régios e agentes contratados pelo Estado. Embora o conceito de cartografia como poder estatal e das elites, derivado dos próprios fundadores da crítica da área (HARLEY, 2001), seja influente e incontornável, alguns autores o submeteram à crítica (ANDREWS, 2001, p. 22) e recusaram a tese da dependência da confecção de mapas a recursos materiais capazes de serem proporcionados apenas pelos Estados.

Para esses autores, os agentes não estatais, tais como os povos indígenas americanos, não precisaram desse tipo de aparato para elaborar seus mapas (ANDREWS, 2001, p. 26), algo evidenciado amplamente por pesquisa recente (LENNOX, 2017). Outros autores apontam os limites do próprio termo cartografia, propondo a sua substituição pelo de mapeamento, por ser algo praticado por todos os segmentos na produção e inteligibilidade do espaço (EDNEY, 2011). Se mapas não podem ser reduzidos a uma prática de poder de Estado, quando saídos das mãos de agentes não estatais, podem significar contrapoderes de grupos a exhibir suas concepções e memórias de espaço, lugar e territorialidades.

Tais agentes foram também artífices de uma cultura visual de fronteiras internas no Setecentos, produtora de diferentes imagens cartográficas. Muitos deles não foram cartógrafos profissionais, não estavam amarrados pelos padrões técnicos aprendidos nos bancos das academias, e tinham intenção apenas de expressar suas territorialidades baseadas em suas memórias de ocupação e atuação em um dado espaço.

A visibilidade e reconhecimento alcançado pela imagem cartográfica no século XVIII levou alguns atores sociais à frente de instituições religiosas, tais como a Companhia de Jesus, a estabelecer parcerias circunstanciais com antigos inimigos para produzirem visualmente o espaço vivido. Um mapa feito a quatro mãos em 1746 entre um jesuíta anônimo das reduções do Yapeiu, às margens do Rio Uruguai, e um sertanista de São Paulo traz evidência desse tipo de aliança circunstancial.

A literatura mais recente tem procurado explicar o desenvolvimento de uma cultura visual das fronteiras internas expressa em imagens cartográficas produzidas por padres de ordens religiosas e sertanistas (BARCELOS, 2010; FREITAS, 2003; XAVIER, 2012; OLIVEIRA, 2012; RODRIGUES, C., 2014). Ambos os agentes foram ativos produtores de materiais visuais, tais como mapas, esboços e desenhos. Na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro há uma significativa amostra das “cartas sertanistas”, assim chamadas pelo padre Diogo Soares, posteriormente rebatizadas e sistematizadas por Jaime Cortesão como “mapas sertanistas” e “mapas bandeirantes” (CORTESÃO, 1965, p. 217-227).

Essas imagens ainda aguardam uma abordagem dialógica com outros mapas, especialmente com os dos próprios padres das ordens religiosas, como os da Companhia de Jesus, pois estes foram consumidores dos “vários Roteiros e Mapas dos melhores sertanistas” (RODRIGUES, C., 2016, p. 280; CORTESÃO, 1965, p. 218), mas o contrário poderia ter ocorrido? Além disto, os jesuítas

não apenas consultaram e reuniram “roteiros e mapas dos melhores sertanistas”, mas também estabeleceram parcerias circunstanciais, diretas e pessoais, para a criação de mapas em conjunto.

A ênfase, contudo, dada pela historiografia à memória de conflitos entre esses dois atores sociais (SOUZA, 2006; CORTESÃO, 2012; MONTEIRO, 1995) criou um hábito metodológico de investigação e problematização da sua história separadamente e impediu a percepção de suas parcerias circunstanciais, fenômeno esse incontornável especialmente em espaços de fronteira, caracterizados pelo existir misturado, permeados por conflitos, interações, negociações, trocas e circulação de informações e saberes, processos esses há certo tempo demonstrados pela historiografia para vários espaços da América (BASTOS, 2021, p. 2; COMISSOLI, 2021; BRITO, 2016; RUSSELL-WOOD, 2014).

A reconfiguração de antigas inimizades em alianças circunstanciais é uma fórmula de análise já aplicada no estudo das relações entre portugueses e missionários na fronteira (GARCIA, 2007) e pode também o ser para os sertanistas portugueses e mamelucos e padres jesuítas das missões das Províncias do Paraguai e Uruguai no século XVIII. Tais alianças evidenciam a mecânica e os fluxos dos espaços transfronteiriços (PRADO, 2009; BRITO, 2016, p. 17-18), onde vigorou uma “zona de contato e interação” (LANGFUR, 2002, p. 220), portadora de várias culturas geográficas, territorialidades, concepções de direitos de posse, uso e sobrevivência.

A abordagem da história de jesuítas e sertanistas apenas do ponto de vista das suas rivalidades trouxe consequências para a história da cartografia, pois mesmo autores recentes ainda focalizam separadamente suas práticas cartográficas (OLIVEIRA, 2012; BARCELOS, 2010). Alguns trabalhos investigaram experiências cartográficas individuais, como a do padre Cocleo (CINTRA; COSTA; OLIVEIRA, 2013; ALMEIDA, 2003), ou dos jesuítas Domingos Capassi e Diogo Soares (RODRIGUES, C., 2016; MENEZES; RODRIGUES; COSTA, 2014) e apenas sugerem a consulta dos roteiros e notícias dos sertanistas pelos jesuítas.

Guillermo Furlong foi um pioneiro da história da cartografia jesuítica nas províncias platinas (CARDIFF, 1936) e sistematizou parcialmente uma “produção cartográfica numerosa e diversificada” e em patamares numéricos incomparáveis aos de outras ordens (BARCELOS, 2010, p. 3). Mas ainda “há poucos trabalhos específicos sobre as fontes cartográficas jesuíticas do Paraguai” (BARCELOS, 2010, p. 5). Mesmo em obra recentemente lançada, o tópico “espaço e território” não contempla a cartografia inaciana (FLECK; ROGGE, 2018). Furlong apontou o perfil duplo dessa cartografia: defender a obra da evangelização, mas também os interesses da Coroa da Espanha. Esse último aspecto denota uma perspectiva “nacionalista” não condizente com o perfil internacional e autônomo como o da ordem dos inacianos e observado no mapa a quatro mãos discutido neste artigo.

Autores recentes têm alertado para o viés laudatório no tratamento da cartografia jesuítica, mas também refletido sobre a própria pertinência da expressão em si diante da inexistência de um padrão formativo em cartografia dos padres (XAVIER, 2012, p. 46) e concluem sobre a “inexistência na organização da Companhia de Jesus de cartógrafos no sentido estrito do termo” (XAVIER, 2012, p. 51). Os padres autores de mapas tinham amplos e diversificados conhecimentos típicos de um jesuíta e eram versados em geografia, astronomia, desenho, matemática (XAVIER, 2012, p. 51), não se constituindo propriamente como uma classe de cartógrafos profissionais, mas como indivíduos detentores de conhecimentos nesse campo e produtores pontuais de mapas (XAVIER, 2012 p. 51). Em sentido oposto, outros autores associaram a vasta produção cartográfica dos

jesuítas a um caráter próprio da ordem no qual registros espaciais e evangelização eram associados (BARCELOS, 2010, p. 3).

O entendimento sobre o que pode ter sido uma produção cartográfica jesuítica ou sertanista e sobre as interlocuções entre ambos no processo de criação de materiais visuais comunicantes de memórias de territorialidades ainda deixa dúvidas, controvérsias e há lacunas a serem preenchidas principalmente no intervalo cronológico da territorialização do Estado durante as iniciativas para a elaboração do Tratado de Madrid.

Na década de 1940 Jaime Cortesão formulou o conceito “cartografia sertanista” para o conjunto de mapas localizados na Biblioteca Nacional acima referidos e os classificou em dois gêneros: os “mapas sertanistas” feitos por luso-brasileiros, reinóis, servidores régios militares ou civis, dotados de uma determinada consciência espacial e “moldados pelo gênero e estilo de vida do bandeirismo”, e os “mapas de bandeirantes” feitos por bandeirantes propriamente ditos, ou seja, mamelucos de São Paulo (CORTESÃO, 1965, p. 218-220). Ambos teriam sido produzidos em período anterior à chegada dos padres matemáticos ao Brasil e suas técnicas de produção foram associadas ao que se denominou “primitivismo aborígene”, devido a rusticidade dos traçados. Posteriormente, a história crítica da cartografia, menos preocupada com questões técnicas mas com os significados e relações instaurados por um mapa, revisou essa classificação e a interpretação dada por Cortesão (OLIVEIRA, 2012; RODRIGUES, C., 2017).

Para esses autores, mapas sertanistas promoveram uma “espacialização da economia colonial” (OLIVEIRA, 2012, p. 292) ou mesmo funcionaram como um instrumento político e peticionário nos processos de solicitação de mercês como retribuição pelos serviços de “achamento de riquezas minerais (RODRIGUES, C., 2017, p. 5).

Desde a superação da abordagem turneriana da fronteira como espaço de expansão do colonizador branco e do Estado ou como ambiente caótico (GUY; SHERIDAN, 1998), esta passou a ser vista como produto de diferentes alianças políticas circunstanciais de índios, mestiços missionários, vaqueiros, contrabandistas, sertanistas e servidores de ambas as Coroas (JESUS, 2006, p. 32; GIL, 2007; GARCIA, 2007; CARVALHO, F., 2012; KUHN, 2014). Tais grupos vivenciaram experiências de confronto, alianças, trocas de informações e conhecimentos e produziram o espaço de acordo com suas concepções, trajetórias, memórias e percepções. Nos últimos anos a fronteira tem sido escrutinada pelo viés da cultura visual e da produção e uso de imagens cartográficas pelo agente estatal à serviço da territorialização do Estado (COSTA, 1999; ARAUJO, 2012). Mas esses funcionários, entretanto, e como tem evidenciado alguns achados sobre a confecção do Mapas da Cortes, se basearam em informações geográficas dos sertanistas (FERREIRA, 2007).

Tais produtos visuais, ainda, saíram diretamente das mãos em colaboração de padres e sertanistas. Diante desse dado pode-se pensar em uma cartografia jesuítica-sertanista como padrão ou apenas como um tipo/gênero dentro de uma prática cartográfica mais ampla da Ordem? Experiências cartográficas colaboracionistas entre estes dois atores sociais foram recorrentes ou circunstanciais? Que uso pode ter sido feito desses mapas colaborativos? Como circularam? Estas imagens podem ter sido uma maneira de demarcar a territorialidade de jesuítas e sertanistas frente à territorialização do Estado na fronteira interna da América?

Este texto responde algumas dessas questões a partir da experiência cartográfica colaborativa mencionada. A territorialização dos Estados ibéricos na fronteira interna da América no século

XVIII está sendo entendida como fator de pressão sobre antigas territorialidades caracterizadas pela exploração mineral individual e pela influência missionária e organizadora das populações indígenas.

Este colaboracionismo circunstancial aparece em uma carta e um mapa feitos pelo jesuíta cuja intenção foi comunicar memórias de atuação na região alternativas ao Estado. Alcançar este colaboracionismo circunstancial e suas intenções exige um esforço investigativo para além do mapa em si e a sua compreensão como apenas um produto de um processo mais variado e complexo, como o cartográfico, que envolve várias ações desde o entendimento das motivações a como mapas eram produzidos, seu tipo de circulação (para um público amplo ou restrito? Institucional ou não?) e consumo (EDNEY, 2019, p. 10).

Um dos maiores desafios para os historiadores do mapa é o de juntar seus complementos separados pela organização arquivística (BUENO, 2009, p. 114), ou seja, reconectar narrativa visual e escrita para explicar processos históricos. Mais recentemente, um dos principais teóricos da área ofereceu uma proposta de abordagem processual da cartografia na qual o mapeamento ocupa um lugar central, ao invés do mapa (EDNEY, 2019 p. 31). Assim, nos resultados discutidos nesse artigo foram empregados tanto o conceito e método “dialógico” do mapa como “processual” da cartografia.

A possibilidade de ter existido uma cartografia colaborativa jesuítico-sertanista circunstancial na fronteira interna sul será discutida por meio de três argumentos. No primeiro é mostrado como a cartografia jesuítica está intrinsecamente ligada à sua prática de escrever cartas e, portanto, a epistolografia é via de acesso para sua produção cartográfica. Ou seja, é estéril qualquer trabalho sobre a cartografia jesuítica restrito à inventariação de seus mapas sem associá-los aos seus escritos. No segundo é apresentada e problematizada a parceria do jesuíta com o sertanista que resultou na confecção de um mapa. No terceiro, de acordo com as intenções destas quatro mãos serão discutidas mensagens do mapa.

A arte de escrever cartas com mapas

O mapa colaborativo jesuítico-sertanista abaixo exibido está no acervo de documentos do governador D. Luis de Sousa Botelho Mourão e foi catalogado avulsamente como material cartográfico. Este governador, emblemático na historiografia da Capitania de São Paulo (BELLOTTO, 2007) foi encarregado pela Coroa portuguesa com a missão de mapear terras sob jurisdição dessa mesma capitania.

Figura 1 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira desde Santos até o Rio Grande: col., desenhado a nanquim; 61,7 x 83cm em f. 63,5 x 86,2.



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Disponível: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033404/cart1033404.jpg
Acesso em: 31 jan. 2020.

Entre 1768 e 1773 D. Luís foi responsável pela execução de 11 expedições aos sertões do Tibagi, Ivaí e Campos de Guarapuava (BELLOTTO, 2007). Nesse período, ele e o governador envolveram-se diretamente com questões de limites e, portanto, com geografia e cartografia, e formaram seus próprios acervos cartográficos para se munirem de subsídios visuais para a realização de suas obrigações em terras disputadas e ainda não mapeadas.

Como figuras ilustradas esses governadores detinham curiosidade intelectual em múltiplos campos, tais como geografia, cartografia, astronomia e matemática (ARAUJO, 2012, p. 2; RIBEIRO, 2010; MUNTEAL FILHO, 2002, p. 183-185; BOAVENTURA, 2006, p. 7 e 12). Ou seja, esses funcionários régios foram consumidores de imagens cartográficas. Esse dado somado a própria região mapeada, ou seja, o centro sul, desde as terras do Mato Grosso e Goiás até o Rio Grande e províncias do Paraguai e Uruguai sob jurisdição desse governador, explicam o motivo desse mapa fazer parte de seu acervo particular.

Este mapa, contudo, não é um documento avulso, pois foi descoberto que completava uma carta escrita por um jesuíta anônimo. Como este desenho chegou às mãos de D. Luís ou como foi

separado da carta não foram encontrados registros. A carta foi escrita em espanhol e destinada a outro jesuíta com o título *Motivos de sacar à luz esta carta* e está guardada no *British Museum*. Jaime Cortesão a transcreveu (CORTESÃO, 1951, parte III, t. II, p. 115-126) e deu-lhe um título em português equivocado em relação à sua tipologia e, portanto, natureza e função do seu conteúdo, publicando-a como *Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta, acompanhada de um mapa parcial do Brasil e das missões do Paraguay (1748?)*.

Não se trata, contudo, de uma relação, mas de uma carta de um jesuíta informando as notícias obtidas junto a um sertanista. Este documento preenche parcialmente o padrão de uma carta definido pela moderna arquivística (BELLOTTO, 2002, p. 51-52) e é quase certo não ter sido transcrito por completo, pois termina com um etc.

Assim, não sabemos também o nome do jesuíta destinatário da carta. Para além de listar nomes de pessoas, objetos, lugares, quantias, fatos etc., como faz uma relação, uma carta comunica, explica, faz adendos ampliando a informação dada e o próprio título da carta aponta para intenções como estas. Identificar que o mapa faz parte de uma carta escrita por um padre da Companhia para outro é importante porque revela o lugar das questões geográficas, cartográficas e espaciais na volumosa correspondência da Ordem, o perfil do seu processo de produção cartográfica, o cultivo deste tipo de produção mista e os agentes sociais envolvidos nesse processo.

A atuação dos padres nestes campos do conhecimento é muito mencionada (FLECK; ROGGE, 2018), mas há ainda poucos trabalhos aprofundados sobre a cartografia jesuítica (BARCELOS, 2010) e seus vínculos com sua produção escrita e em especial em uma conjuntura específica e de impacto nos projetos da Companhia para a região fronteira disputada, tal como a das negociações entre as duas Coroas ibérica pela definição de seus limites na América.

Às vésperas da assinatura do Tratado de Madrid os padres continuavam seu processo de avançar a fronteira missioneira com a fundação de missões no Guaporé, como Santa Rosa (1743), São Simão (1746) e São Miguel (1746) (JESUS, 2006, p. 346). Essa movimentação pode, inclusive, ter desencadeado uma reação da Coroa, ao fundar a sede da Capitania do Mato Grosso, Vila Bela, no vale do rio Guaporé, em 1752.

Mas existe também o próprio problema enfrentado pela Ordem de perda de posição política junto às Cortes católicas da época, colocando-a sob alvo de ataques de “campanhas antijesuíticas” (CARVALHO, R., 2018) promovidas por funcionários da própria Coroa. Tal situação provocou o engajamento da Companhia na elaboração de estratégias de defesa e recuperação de sua credibilidade. Assim, retomar, organizar, sistematizar e dar visibilidade às suas memórias espaciais por meio de cartas e mapas deveria ser uma delas.

Sabe-se quão importante foi a epistolografia na Companhia de Jesus, pois esta foi “um veículo ímpar na disseminação das informações sobre experimentos e andamento dos conhecimentos adquiridos” (RODRIGUES, M., 2018, p. 62). Mas mapas podem ter tido a mesma função e amplificado as mensagens das cartas. O mapa e a carta ora analisados demonstram também como os conhecimentos dos jesuítas eram adquiridos para além de uma relação endógena na Ordem, reduzido ao círculo de seus membros e dos índios missionados. Juntar cartas e mapas mostra o papel da Companhia de Jesus na esfera do desenvolvimento e disseminação de uma cultura visual do interior do continente da América.

Para alguns autores as cartas não eram apenas ferramentas de comunicação para a Companhia de Jesus, mas construíam um “repositório de memórias das ações jesuíticas” (SANTOS, 2018, p.

136). Como estas memórias eram forçosamente de sítios geográficos espalhados por todo o globo devem ser consideradas na sua relação com as imagens cartográficas, pois ação evangelizadora e registro do espaço eram indissociáveis na Companhia (BARCELOS, 2010).

A certa altura de sua carta o jesuíta diz que todas as notícias ouvidas do sertanista “comunique e conferí despues com el Pe. José Q[u]iroga de nuestra companhia” (CORTESÃO, 1951, parte III, t. II p. 116), evidenciando uma comunicação entre padres e envolvendo alguém com reconhecidos conhecimentos na área (BIEHL, 2016). Com isso, a narrativa do autor da carta tinha a sua autoridade amplificada, não se restringindo apenas aos informes do sertanista.

Uma parceria inusitada? O colaboracionismo cartográfico de jesuítas e sertanistas

Certamente um dos pontos altos desse mapa é a possibilidade de problematizar a parceria entre o jesuíta e o sertanista Simão Bueno quando este, na missão do Yapeiu, forneceu informações geográficas ao padre, tais como direções, coordenadas geográficas ou distâncias medidas em léguas, conforme descrição no mapa e na carta:

(2) de la villa del Jesus a la boca del rio manso, quinse [...] del embarcadero general que està em el rio Cuyava mas abaxo de la villa del Jesus [...] desde el rio Cuyava atraviesan em um dia por los pântanos em canoas [...] e ir à las minas del mato grueso de la villa del Jesus à las minas de Mato Grueso [...]; (3) De la boca de Cuyava por donde descarga en el rio Paraguay grande hasta la boca del rio de los Porrudos, seis. (CORTESÃO, 1951, parte III, t. II, p. 117).

As ações de Simão Bueno foram manuscritas em três pontos do mapa: “Minas de oro cerro onde Simon Bueno sacava todos los dias 40 oitavas de oro”; “Camino que hizo Simon Bueno viniendo el año de 1730 de las minas de Cuyava...”. O mapa possui quatro legendas descritivas manuscritas e em uma delas foi escrito: “la estancia del Portugues llamado Simon Bueno quando buscaba oro em los Pinares, y es que me dió estas notícias em São José de Yapeu”.

Estas informações sobre Simão Bueno no mapa correspondem na carta a alguns de seus trechos explicativos de como o padre havia obtido dados geográficos da região: que o padre resolveu “ponerlas todas em uma carta geographica [...] a qual hiso em presencia de uno de dichos portugueses, llamado Dn. Simon Bueno, natural de Sn Pablo del Brasil” (CORTESÃO, 1951, parte III, t. II, p. 115).

A suposição sobre a existência de um colaboracionismo deliberado entre Simão Bueno e o jesuíta e com intuito de comunicar as ações de ambos como parte de um processo maior de reconhecimento de seus méritos advém do nome desse sertanista ser o único citado nominalmente em meio a várias outras menções às ações dos portugueses distribuídas genericamente pelo mapa.

Além disso, em passagem da carta, o jesuíta sugere que Simão Bueno vivia uma circunstância de não reconhecimento dos seus méritos. Logo, poderia existir a necessidade, da parte do sertanista, de conquistá-lo. Por isto a alusão a alguém que “conoce mucho el Sr. Dn. Simon Bueno buscando oro” (CORTESÃO, 1951, parte III, t. II, p. 124), “casado na Laguna”, o que sugere alguém estabelecido na região e capaz de avalizá-lo. Mas também menciona que o sertanista havia deixado:

mil pruebas [...] com las piedras y tierras y nunca pudo encontrar nada, no dexando casi rincón em todos los Pinares que no rexistrase para com este fim; pero todo fué envalde y así al fin aburrido lo dexó. (CORTESÃO, 1951, parte III, t. II, p. 124-125).

O mapa, portanto, demonstra ter dois aparentes propósitos comunicativos: as ações dos padres da Companhia, bem como as ações de um sertanista na exploração do ouro nas minas de Cuiabá e meridionais da região dos “Pinares”, situada entre Laguna e o rio Uruguay.

Conforme mostraram alguns autores, com as dúvidas e incertezas em relação aos domínios ibéricos na América, as autoridades de ambas Coroas se incomodavam com o “trânsito de pessoas de um lado a outro” e Lisboa via o Mato Grosso como “chave e propugnáculo do Brasil” (CARVALHO, F., 2012, p. 2) por abrigar as nascentes dos rios de acesso à fronteira interna da colônia em escala de norte a sul. Também era de interesse de ambas as Coroas subtrair a jurisdição da Companhia de Jesus sobre os índios e mudar seu estatuto para o de vassalos residentes em aldeamentos administrados por laicos, pois tal medida fazia parte da consolidação da soberania de Estado sobre territórios (ARAUJO, 2012).

Já sobre o sertanista Simão Bueno pouco se sabe. Jaime Cortesão se contradiz, ora dizendo ser neto, ora sobrinho do sertanista Bartolomeu Bueno, o Anhanguera II (CORTESÃO, 2006, p. 19; CORTESÃO, 1951, parte III, t. II, p. 115), fundador da Vila Boa de Goiás. Outras fontes informam ter sido seu irmão (MARQUES, 1980, p. 106) e andava em Goiás por volta da década de 1720, pois em 1729 recebeu carta de um dos principais acusados de promover sublevações na região, Bartolomeu Pais de Abreu.

Vários outros tipos de documentos muito danificados anexados a esta correspondência sugerem a existência de temores da Coroa portuguesa em relação às interações entre jesuítas, paulistas e espanhóis, pois “as minas que têm descoberto especialmente as do Cuyaba estão vizinhas das Missões dos Jesuítas Hespanhóis do Peru” (ABREU, 1729)².

Para alguns autores, os portugueses de São Paulo eram vistos pela Coroa como “infiéis” e, portanto, facilmente sujeitos a alianças tanto com espanhóis como com jesuítas (JESUS, 2006, p. 73). Documentos confirmam essa desconfiança das autoridades régias, chegando algumas a defender não pressionar os paulistas, pois caso assim se sentissem poderiam revidar se associando aos espanhóis e facilitando-lhes a entrada nas minas do Cuiabá.³

Ainda segundo Cortesão, Simão Bueno fora morto por índios charrua por volta de 1749 quando seguia para Buenos Aires (CORTESÃO, 2006, p. 317). A redução de “Nuestra Señora de los Reyes del Iapeiu”, onde ambos se encontraram, fazia parte da mesma jurisdição do governo da província de Buenos Aires, fora fundada em 1627 e estava situada nas margens do rio Uruguay (PASTELS, 1948, v. 7, p. 781). Diferentemente das outras reduções, a de Iapeiu manteve-se em seu solo nativo e no mapa existe um círculo preenchido em vermelho com uma cruz representando uma redução às margens do Uruguai. Diferente de todos os outros círculos semelhantes, este não foi acompanhado do seu nome. Uma seta de orientação foi colocada a partir de um pontilhado que parte justamente da “Uruguensis Provincia Pars”, região onde estava situada a missão do Yapeiu e, certamente, ponto de referência do padre para fazer um desenho cuja projeção segue para noroeste.

Este mapa e carta lidos em conjunto negam o conceito de “cartografia espontânea de sertanistas lusos e luso-brasileiros que consignavam no papel o traçado sumário e empírico dos seus descobrimentos” (CORTESÃO, 2006, t. II, p. 17) e mostram um processo de mapeamento sertanista mais complexo, subsidiado por texto, histórias orais, outros mapas e há itinerários de terreno.

A própria complementaridade entre mapa e carta indica ausência de espontaneidade na parceria de ambos, mas a realização de algo intencional, organizado e preocupado em detalhar as coordenadas geográficas ou os nomes dos rios transmitidos pelo sertanista. No mapa, a legenda descritiva colocada na lateral esquerda com o título “Notas” corresponde na carta a “distâncias de algunos puntos principales de este mapa segun los portugueses”. Após listar várias distâncias, acrescenta: “Todas las Referidas distancias se han computado segun las Relaciones, que dio Simon Bueno y Silva que tiene mui trageados todas las sobredichas parages”.

Subjacente à legenda negra dos paulistas, forjada pelos jesuítas e estudada pela historiografia (SOUZA, 2006, p. 109-147), estava a sua fama de experiência de sertão, embora negativada pela imagem de cruéis e facínoras com os povos indígenas. Mas no século XVIII os interesses tanto da Coroa como da Companhia de Jesus eram outros e sobre as informações geográficas dos sertanistas de São Paulo era atribuído peso de autoridade e eram usadas para cercar de veracidade os discursos espaciais de funcionários régios ou missionários.

As expedições organizadas pelo governador D. Luis de Sousa Botelho Mourão para mapear os sertões do Tibagi foram baseadas nos informes dos sertanistas, como mostra a sua volumosa massa de ofícios distribuídos na coleção dos *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, na coleção *Morgado de Mateus*, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e nos documentos da Fundação de Mateus, em Vila Real, Portugal. A memória de ações dos sertanistas no Cuiabá e nas terras missioneiras também era comunicada pelos padres, mas não mais enquadrada nas antigas imagens de facínoras.

O colaboracionismo jesuíta-sertanista pode ter tido, assim, vários desdobramentos e um deles diz respeito à construção de uma cultura visual dos sertões da América por meio da cartografia, e o mapa ora analisado é um exemplo disso. Diante do decreto emitido pelo Marques de Pombal, em 1752, expulsando os jesuítas do Brasil é pertinente lançar a hipótese deste colaboracionismo ter sido também um dos fatores para tal decisão oficial. O manuseio de conhecimentos como a geografia e a cartografia tinha um lugar proeminente na Companhia, como demonstra a carta do jesuíta complementada pelo mapa, e faziam dos padres uma presença incômoda na região, especialmente diante da possibilidade de parcerias com aqueles detentores de conhecimentos empíricos de terreno e, acima de tudo, ambições de imaginar um sertão mineral de sua autoria e direitos.

A geografia de uma extensa província do Guairá comunicante de memórias missioneiras e minerais

Do ponto de vista da construção geográfica, da metodologia cartográfica e do conceito de espaço, este mapa jesuítico-sertanista expressa também e mais enfaticamente a memória missioneira. O mapa não traz título e abrange as minas de Cuiabá e as terras banhadas pelos rios Uruguai, Paraná e Paraguai. Toda a extensão de terra a leste do rio Paraná está colocada sob a jurisdição de uma Província del Guairá, destacada no mapa com letras em negrito e caligrafia maior em relação aos outros escritos. Essa extensa Província Guarenha se estendia até os arredores da vila de São Paulo colocando visualmente em dúvida a própria existência da Capitania de São Paulo.

Isso mostra o quanto o mapa produz um espaço de interesse ao invés de refletir uma realidade geográfica. Para o destinatário da carta e mapa o padre cartógrafo procurou ampliar a dimensão de atuação da Companhia na região e seus resultados por meio de uma extensa Província do Guairá inclusiva, ainda, de uma Paranensis Província Pars, também na margem leste do rio Paraná, e uma Uruguensis Província Pars. Não havia lugar, portanto, para a Capitania de São Paulo, mas apenas para S. Pablo, representada graficamente em duas edificações coladas: Igreja/Colégio e vila, com clara associação à presença da Ordem.

A carta informa que o jesuíta além de “nuestra Província de Guaira”, “por curiosidade” se informou sobre “as celebradas minas de Cuyava” (CORTESÃO, 1951, parte III, t. II, p. 115) ambas representadas no mapa. Nas três legendas descritivas inferiores são listadas ações dos padres praticadas na região, assim como dos portugueses, mas do sertanista Simão Bueno em especial, utilizando números para estabelecer a correspondência manuscrito-imagem: “1. Denota la Cruz que levando el Padre Geronimo de Hernan curriend estas Campañas [...]”.

Mas no mesmo mapa são informadas também as ações de padres como o jesuíta italiano Domingos Capacci contratado para a missão de medição de longitudes pela Coroa portuguesa, pois comunicar sobre suas atuações no campo científico ou missionário era algo que dizia respeito à própria Ordem como produtora de conhecimento. Assim, no ponto 5 da primeira coluna inferior deste documento visual foi escrito:

Camino mais moderno, que hizo el Mathematico jesuíta italiano estos annos passados subiendo desde a Laguna de San Pablo para evitar el ruodo ó grande vuelta, que hazial el segundo caminho yendo pela Cruz por la Cruz del Padre Herran. (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, [17--]).

No ponto 8 na segunda legenda inferior indicava: “denota la estancia del portugues llamado Simon Bueno quando buscava oro em los Piriaries (?)” (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, [17--]). Sem numeração aparecem listados vários “pueblos” definidos como sendo da Companhia informando, portanto, sua capacidade de ação sobre os povos da região, fundando tantos aldeamentos. Inclusive era utilizado o pronome possessivo na referência aos aldeamentos.

Tanto a grande Província do Guairá produzida pelo jesuíta como a exploração mineral dos sertanistas eram tópicos ameaçados pelas intenções geopolíticas das Coroas ibéricas em um território sobre o qual pretendiam projetar Estados soberanos com limites definidos e população indígena incorporada como vassallos fiéis, úteis e organizados em vilas urbanizadas (ARAUJO, 2012). Mas

esse mapa também exibe uma “contra-fronteira” (BRITO, 2016, p. 545-546) produzida por meio da parceria de um jesuíta com um sertanista. Baseados em suas memórias de lugar, ambos criaram uma extensa província missioneira do Guairá sem linhas divisórias e de fluxos com as minas do Cuiabá de sertanistas portugueses e paulistas.

Embora alguns mapas feitos por jesuítas possam ter seguido os padrões da profissão de um cartógrafo, este não foi o caso do mapa analisado, e seu autor, embora demonstrasse conhecer as técnicas da área, justificou a ausência de latitudes e longitudes, alegando que haviam de “costar mucho trabajo” e “el tempo no dá lugar a tanta prolixidade” por isto colocava “solamente em esta carta algunas distancias de los puntos mas principales” (CORTESÃO, 1951, parte III, t. II, p. 116). A circunstância vivida pela Companhia, portanto, era de urgência na produção de um produto visual comunicante da memória inaciana em uma região. Do mesmo modo, o sertanista também experimentava essa urgência.

No seu propósito imediato de comunicar as memórias de ações de dois agentes sociais a cartografia colaborativa sertanista-jesuítica era volátil, formada por imagens de múltiplas formas capazes de transmitir as várias mensagens desejadas. Imagens cartográficas são voláteis (LOIS, 2015, p. 4). Assim este mapa jesuítico-sertanista era tanto um mapa hidrográfico, como um mapa itinerário e histórico.

Embora desenhado em uma conjuntura crucial da elaboração do Tratado de Madri, esse mapa não pode ser classificado como político, preocupado em representar linhas divisórias entre as duas Coroas. Não há linhas de divisão na espacialidade representada. No relato o padre se isentou desta problemática dos limites territoriais. Ao apresentar, por exemplo, a opinião do jesuíta italiano Domingos Cappaci sobre a linha divisória entre os domínios de Portugal e Espanha na América ponderou

yo venero y respecto como es rason el sentir y opinion del citado P. matemático Jesuita Italiano e dexo à otros q. hagan juicio sobre qual de las dos opiniones se debe seguir sobre esta materia tocante à la linea de Division entre los dominios de España y Portugal. (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, [17-]).

A Companhia era antes de tudo uma ordem multinacional, formada por membros de várias nacionalidades e atuantes em vários pontos do globo. Portanto, uma cartografia dos jesuítas não estava à serviço de qualquer monarquia, mas tinha missão evangelizadora e compromisso com a sua memória institucional, sendo produtora de “mapas topológicos” (LOIS, 2015, p. 11-15) porque nesse gênero da imagem a conexão espacial prevalece sobre limites e separações.

A relação espacial neste mapa é instaurada pela ação evangelizadora concreta e em potencial representada pelas inscrições ou desenhos de aldeias ou índios “inimigos dos guaranis”. O resultado é o espaço total das Províncias do Guairá, Paranensis e Uruguaensis de convívio com os portugueses, com destaque para Simão Bueno.

Outros dois gêneros cartográficos também se encontravam nesse mapa: histórico, já mostrado, mas também o hidrográfico. Todos os aldeamentos missionários fundados no século XVII, às margens dos rios, foram lançados no desenho com círculos vermelhos preenchidos e com uma cruz no topo e a carta descreveu a direção de todas as vias fluviais do mapa.

Tendo em vista a natureza da parceria no processo de confecção deste mapa, não há alusão aos ataques das bandeiras de São Paulo ao território do Guairá entre 1628-1629, desencadeadores do deslocamento forçado de muitos destes aldeamentos. Apenas Santa Maria aparece sob a inscrição “la mayor se fundo em este sitio de honde se fué ao sitio endonde hoy está por cauza de los portugueses”, sem detalhar, entretanto, a motivação. Se nos mapas dos engenheiros militares à serviço das Coroas ibéricas houve elisão das marcas indígenas como uma metodologia cartográfica (SAFIER, 2008, p. 147-148), neste do jesuíta sua presença é fortemente sinalizada, inclusive dos não missionados, pois justificavam a própria essência do trabalho evangelizador e educativo da companhia.

A hidrografia é um marcador da memória jesuítica porque as missões foram fundadas nas margens dos grandes rios, como o Paraná, e a linha que o representa ocupa o centro do mapa e não tem função divisória porque na sua parte austral, a oeste, também foram lançados vários pontos de missões. O extenso rio Paraná teria sido o centro irradiador da missão a oeste e leste da grande Província do Guairá projetada pelo jesuíta.

Mas o desenho expressa resíduos da memória de disputa entre esses dois agentes: a visibilidade dada ao movimento do sertanista Simão Bueno na região foi subordinada a algum marcador jesuítico. Nesse mapa, elementos básicos da geometria euclidiana, como ponto e linha, destacam a ação missionária. Vários pontilhados representando itinerários são sempre marcados com sinais das missões ou apenas de “aldeias de índios”.

O caminho que liga a província de Corrientes ao Paraguai forma uma meia circunferência circundando terras, estância e o aldeamento de Santo Ignacio. Paralela a esta geometria espacial jesuítica a geometria espacial do sertanista é expressa por meio de uma extensa inscrição textual com referência a um vetor de direção dado pelas históricas iniciativas da Companhia na região: “Camino que fez Simon Bueno viniendo el año de 1730 de las minas de Cuiava no pudiendo subir por el Añembi (...) embarcaron por Paranapane y navegadas unas cinco legoas por el visto el Pueblo antigo do Loreto em el Pirapo, saltaron em tierra y fueron por nuestra estancia a S. Pablo” (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, [17--]).

Ainda assim, tanto o documento visual como o escrito representavam a produção visual de um espaço de memórias de ação e trajetórias de agentes sociais não estatais diante de um Estado que tentava se territorializar enquanto aguardava os traçados oficiais do Mapa das Cortes e da Carte de l’Amerique Meridionale (FERREIRA, 2007; FURTADO, 2012).

Conclusão

Este texto procurou, por meio de um mapa colaborativo produzido entre um jesuíta anônimo e o sertanista Simão Bueno e das abordagens e métodos “dialógico” e “processual” da cartografia, responder algumas questões sobre cultura visual de fronteiras internas na conjuntura da elaboração do Tratado de Madrid, tais como agentes sociais envolvidos e seus tipos de interações, tipos de produção, as metodologias empregadas, os potenciais consumidores e os objetivos de suas imagens.

A conclusão é a de que por meio das imagens cartográficas jesuítas e sertanistas foram artífices de uma cultura visual produtora de algo denominado por alguns autores como “contra-fronteira” (BRITO, 2016, p. 545-546), ou seja, relacionada às suas memórias espaciais e não aquelas projetadas pelas Monarquias Ibéricas por intermédio de seus mapas oficiais, tais como o Mapa das Cortes de

1749 (FERREIRA, 2007). As disputas geopolíticas nos espaços coloniais entre os impérios ibéricos no século XVIII reconfigurou as alianças nas regiões disputadas e antigos inimigos tornaram-se colaboradores circunstanciais, como pode ser observado na confecção de imagens cartográficas. O mapa analisado neste texto expressa a característica instável e volátil dessas imagens, que tanto eram de itinerário, topográficas, como hidrográficas. Cada um desses gêneros reunia características visuais capazes de potencializar aspectos do espaço produzido de acordo com interesse dos seus autores.

Embora confeccionado a quatro mãos, pois o sertanista foi o informante do padre, este foi o desenhista do mapa e sua pena enfatizou a memória dos jesuitas encontrados no acervo de um governador português, este mapa teve como seu destinatário imediato um outro padre da companhia. Em virtude da indisposição da Ordem com os estados ibéricos, suportada ainda por uma campanha antijesuítica, esse mapa, como um complemento da epistolografia da Ordem, era também uma estratégia para recuperar sua reputação. Evocar a memória de ações nas fronteiras internas da América por meio de objetos visuais poderia servir como ferramenta para fortalecer a autoestima e o sentido de comunidade de grupos e instituições. Para o sertanista Simão Bueno, em particular, era uma oportunidade para exibir os seus méritos de descobertos auríferos nos sertões e quem sabe um dia, se não tivesse morrido nos matos de limites incógnitos, não poderia ter petitionado à Coroa com uma imagem com poder de comunicar “de um jacto”³⁴ direitos de posse e exploração.

Fontes

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*: Antecedentes do Tratado. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1951. p. 115-126. (Documento n. XV).

ABREU, Bartolomeu Pais de. [*Correspondência*]. Destinatário: Simão Bueno da Silva. São Paulo, 12 set. 1729. 1 cartão pessoal.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira desde Santos até o Rio Grande*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [17--]. 1 mapa, color., desenhado a nanquim, 61,7 x 83cm, em f. 63,5 x 86,2cm. Disponível: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033404/cart1033404.jpg Acesso em: 31 jan. 2020.

Referências

ALMEIDA, André Ferrand. Samuel Fritz and the mapping of the Amazon. *Imago Mundi*, Tucumán, v. 55, p. 113-119, 2003.

ANDREWS, J. H. Meaning, knowledge, and power in the mapping philosophy of J. B. Harley. In: HARLEY, J. B. *The new nature of maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001. I-XV, 1-32.

ARAUJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 41-76, 2012.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. Expedições jesuítas e cartografia americana: séculos XVII e XVIII. In: SIMPÓSIO ÍBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, 3., 2010, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, abr. 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/4964073/Expedi%C3%A7%C3%B5es_Jesu%C3%ADticas_e_cartografia_americana_s%C3%A9culos_XVII_e_XVIII. Acesso em: 31 jan. 2020.

BASTOS, Carlos Augusto. Fronteiras e relações transfronteiriças na América Ibérica. *Almanack*, Guarulhos, v. 27, p. 1-9, 2021.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2. ed. São Paulo: Ed. Alameda, 2007.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BIEHL, Maico. Os relatos de José Quiroga sobre a terceira partida de demarcação (1752-1754). In: ENCONTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS PPGH – PUCRS, 3., Porto Alegre, 2016. *Anais [...]*. Porto Alegre: PUCRS, 2016. p. 41-55.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização de Goiás na primeira metade do século XVIII: a cartografia e a construção do território. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 9., 2006, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2006.

BRITO, Adilson Júnior Ishihara. *Insubordinados sertões: o Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul – Estado do Grão-Pará, 1750-1820*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EDUSP/FAPEESP, 2010.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 111-153, jul./dez. 2009.

CARDIFF, P. Guillermo Furlong. *Cartografia jesuítica del Rio de La Plata*. Buenos Aires, Talleres S. A: Casa Jacobo Peuser Ltda, 1936.

CARVALHO, Francismar Alex. Cruzando fronteiras e negociando lealdades: índios e missionários entre os domínios ibéricos de Mojos, Chiquitos e Matro Grosso (c. 1767-1800). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: Debates*, Paris, on-line, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/62485>. Acesso em: 30 jan. 2020.

CARVALHO, Roberta Lobão. O antijesuitismo como projeto de governo: a construção do antijesuitismo na Amazônia colonial (século XVIII). In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann; ROGGE, Jairo Henrique. *A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 1378-1415.

CINTRA, Jorge Pimentel, COSTA, Antonio Gilberto, OLIVEIRA, Rafael Henrique. O mapa do padre Cocleo: uma análise cartográfica. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 5., 2013, Petrópolis. *Anais [...]*. Petrópolis: Museu Imperial, 2013. Disponível em: http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013_1379350586.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

COMISSOLI, Adriano. Soberania em território alheio: comandantes e espiões ibéricos nas fronteiras da América, séculos XVIII e XIX. *Almanack*, Guarulhos, v. 27, p. 1-54, 2021.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/ Instituto Rio Branco, 1965. (Tomo II).

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial, 2012.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2006. (Tomo I).

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Kosmos, 1999.

DERNTL, Maria Fernanda. *Método e arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

EDNEY, Matthew H. *Cartography: the ideal and its history*. Chicago and London: The university of Chicago Press, 2019.

EDNEY, Matthew H. Cartography without “progress”: reinterpreting the nature and historical development of mapmaking. In: DODGE, Martin; KITCHIN, Rob; PERKINS, Chris. *The Map reader: theories of mapping practice and cartographic representation*. UK: John Wiley & Sons, Ltd, 2011. p. 73-82

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; ROGGE, Jairo Henrique. *A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

FREITAS, Inês Aguiar. Para pensar um novo mundo: a geografia dos jesuítas no Brasil. *Mercator: Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, n. 3, p. 33-44, 2003.

FURTADO, Júnia. Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GARCIA, Elisa Fruhauf. De inimigos a aliados: como parte dos missionários repensou o seu passado de conflitos com os portugueses no contexto das tentativas de demarcação do Tratado de Madrid. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. 8, p. 123-137, 2007.

GIL, Tiago. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GUY, Donna J.; SHERIDAN, Thomas E. *Contested ground: comparative frontiers on the North and Southern edge of the Spanish Empire*. USA: The University of Arizona Press, 1998.

HARLEY, J. B. Power and legitimation in the English Geographical Atlases of the Eighteenth Century (1997). In: HARLEY, J. B. *The new nature of maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001. p. 110-147.

JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

KUHN, Fábio. *Gente da fronteira: família e poder no continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

LANGFUR, Hal. Uncertain refuge: frontier formation and the origins of the Botocudo war in late colonial Brazil. *Hispanic American Historical Review*, USA, v. 82, n. 2, p. 215-256, May 2002.

LENNOX, Jeffers. *Homelands and Empires: indigenous, space, Imperial fictions, and competition for territory in Northeastern North America, 1690-1763*. Toronto: University Toronto Press, 2017.

LOIS, Carla. Em mapa, los mapas: propuestas metodológicas para abordar la pluralidade y la inestabilidad de la imagen cartográfica. *Geograficando*, Buenos Aires, v. 11, 2015.

MARQUES, M. E. de Azevedo. *Província de São Paulo*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

MENEZES, Sezinando Luiz; RODRIGUES, Giselle; COSTA, Célio Juvernal. A ilustração portuguesa e a missão dos padres matemáticos na América. *Revista História e Cultura*, Franca, v. 3, n. 2, p. 437-454, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Memórias, reformas e acadêmicos no Império luso-atlântico domínio territorial, poder marítimo e política mercantilista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 163, n. 416, p. 13-66, jul./set. 2002.

OLIVEIRA, Tiago Kramer. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Rafael Henrique; CINTRA, Jorge Pimentel; ALMEIDA FILHO, Flávio Guilherme. A reforma cartográfica de Deslile e seu impacto na cartografia da América do Sul e do Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2016, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/17RafaelOliveira-etal_3SBCH.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

PASTELS, Pablo. *História e la Compañía de Jesús em la Provincia del Paraguay*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones científicas/Institut Santo Toribio de Mogrovejo, 1948.

PRADO, Fabrício. *In the shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata (c. 1750- c. 1813)*. Tese (Doutorado em Filosofia da História) – Emory University, Atlanta, 2009.

RIBEIRO, Mônica da Silva. "Se faz preciso misturar o agro com o doce": a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RODRIGUES, Carmem Marques. Os mapas de sertanistas das pedras brilhantes: entre o traço rústico dos sertanistas e o desenho exato da cartografia europeia. *Terra Brasilis* (Nova Série), on-line, v. 9, p. 1-15, 2017. Disponível em: http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-coleco-16-09-2013_1379350586.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

RODRIGUES, Carmem Marques. *Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2014.

RODRIGUES, Carmem Marques. As técnicas cartográficas da carta dos diamantes dos padres matemáticos: diálogos entre o iluminismo e a arte de fazer mapas no século XVIII em Portugal e no Brasil. *Temporalidades: Revista de História*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 268-284, maio/ago. 2016.

RODRIGUES, Marcelo Barge. O *Ratio Studiorum* e os colégios jesuítas: aquisição e disseminação do conhecimento no período moderno (séculos XVI-XVII). In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann; ROGGE, Jairo Henrique. *A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 51-75.

RUSSELL-WOOD, J. R. Fronteiras do Brasil Colonial. In: RUSSELL-WOOD, J. R. *Histórias do Atlântico Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 279-303.

SAFIER, Neil. *Measuring the new world: enlightenment science and South America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

SANTOS, João Vitor. A construção de missão e o olhar sobre o outro: narratologia em cartas de Francisco Xavier. In: FLECK, Eliane Cristina Deckmann; ROGGE, Jairo Henrique. *A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 130-155.

SOUZA, Laura de Mello e. São Paulo dos vícios e das virtudes. In: SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhias das Letras, 2006. p. 109-147.

XAVIER, Newton da Rocha. *No solo regado a sangue e suor: a cartografia da província jesuítica do Paraguai (século XVIII)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Notas

¹ São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823). Cópia (carta) de Bartolomeu Pais de Abreu para um dos descobridores das Minas de de Goiás (Goyazes), Simão Bueno da Silva, dizendo que remetesse a carta que com esta vão copiadas para Goiás. São Paulo, 1729, setembro, 12, cx. 07, do. 771.

² Idem.

³ Assim era entendida a rapidez de transmissão da mensagem por uma imagem cartográfica. Carta de M. A. de Azevedo Coutinho para Tomás da Silva Teles, Lisboa, 14 de dez. 1748. Cortesão, Jaime, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, parte IV, Tomo I, doc LX, p. 252, citado por Ferreira (2007, p. 52).

Data de recebimento: 09/12/2020

Data de aprovação: 10/11/2021